

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

30 de maio a 3 de junho de 2022

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Proteção de Dados

- **Dados Pessoais: MPF investiga risco de privatização da Dataprev.** O Grupo de Trabalho Tecnologia da Informação e Comunicação da Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal (3CCR/MPF) irá investigar possíveis consequências que uma eventual privatização da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) poderá acarretar à proteção dos dados sociais dos brasileiros, especialmente aqueles coletados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A investigação se dará nos mesmos moldes da já realizada sobre o plano de privatização do Serpro, que [apontou](#) uma série de problemas. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **CCT irá realizar audiência pública sobre a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados .** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [requerimento](#) apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD/BA), para inclusão de representante do Conselho Nacional de Proteção de dados e da Privacidade (CNPd) como convidada de audiência pública que irá debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados, aprovada pela Comissão ainda em fevereiro deste ano. Não há previsão, contudo, para quando será realizado o debate.

5G no Brasil

- **Conselho Diretor da ANATEL aprova adiamento de implementação do serviço 5G nas capitais.** Foi aprovado, nesta quinta-feira (2), pelo Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a proposta de conceder mais prazo para o início dos compromissos e limpeza da faixa de 3,5 GHz, encaminhada pelo conselheiro **Moisés Moreira**, coordenador do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência da faixa de 3.625-3.700 MHz (GAISPI). Em decisão unânime, foi concedido às operadoras mais 60 dias para o início da disponibilização do serviço de 5G nas capitais, ou seja, entre 27 e 29 de setembro. A proposta foi relatada pelo conselheiro **Emmanuel Campelo**, que entendeu que *“pelos motivos listados, entre eles o lockdown na China e a escassez de semicondutores, os quais são alheios à gestão da EAF, que o prazo de entrega das soluções necessárias aos processos de desocupação e mitigação (filtros e low-noise block downconverters - LNBs), na totalidade da quantidade necessária, somente ocorrerá após 30 de junho de 2022. Dessa forma, entendendo estar materializada a dificuldade técnica a que se refere o item 6.3.4 do Anexo IV do Edital, tornando-se, portanto, necessária a prorrogação por 60 dias adicionais em todas as capitais de estados e no Distrito Federal”*. Com informações de: [Teletime](#)
- **MCom responde solicitação de informação sobre política pública para implantação do 5G no Brasil.** O Ministério das Comunicações (MCom) respondeu solicitação de informações, apresentado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, por intermédio do [REQ 18/2021](#), acerca da política pública para a implantação das redes móveis de 5G no Brasil. Em sua resposta, o MCom encaminhou extenso material que contabiliza 23 documentos e seus anexos, dentre os quais a *“Metodologia de Precificação - Manual de Referência para o Edital do 5G”*, elaborado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que detalha, entre outros, os planos de negócios para exploração das faixas leiloadas e para cumprimento dos respectivos compromissos. Em linha com a solicitação, o compilado que soma quase 480 páginas, traz pareceres jurídicos da Advocacia Geral da União (AGU) sobre os atos editados, assim como notas técnicas e pareceres do próprio MCom.

Segurança Cibernética

- **Governo manda desconectar da rede ativo da VMWare sem correção de vulnerabilidades.** O Governo Federal divulgou, nesta semana, um novo alerta onde sugere a desconexão de ativos dos produtos VMware até que as medidas de contenção temporárias possam ser analisadas e implementadas, caso não seja possível fazer as correções urgentes. Não foi informado a quantidade de órgãos públicos que utilizam os ativos da VMware. [Relatório](#) atualizado do fabricante, publicado pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta à Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov), contém informações sobre os produtos afetados, vetores de ataque, matriz de resolução e documentação adicional. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **ITI altera documento sobre procedimentos de coleta e verificação da qualidade de biometrias.** O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), publicou, nesta semana, a [Instrução Normativa nº 24/2022](#), que altera a versão 3.1 do documento "*Procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil DOC-ICP-05.03*", para, entre outros, dispor sobre a coleta de dados biométricos na modalidade presencial e qualidade das capturas. Estabelece, também, que os Prestadores de Serviço Biométrico (PSBios) têm o prazo de até 1º de agosto de 2022 para corrigir ou cancelar as transações pendentes de tratamento de erro. A medida entra em vigor em 1º de julho de 2022.

Inclusão Digital

- **Vai à Câmara PEC que introduz a inclusão digital ao rol de direitos fundamentais.** O Plenário do Senado Federal aprovou, em segundo turno, a [PEC 47/2021](#) (*inclusão digital como direito fundamental*), na forma do [parecer](#) apresentado pelo senador **Fabiano Contarato** (PT/ES), com adoção da Emenda de Plenário nº 1. A matéria segue à Câmara dos Deputados. A proposta insere dispositivo ao art. 5º da Constituição Federal para assegurar a todos o direito à inclusão digital e determina ao poder público a promoção de políticas que "visem ampliar o acesso à internet em todo território nacional.

Educação

- **MEC divulga relação de entidades civis e a forma para indicação de nomes para recomposição de Câmaras do CNE.** O Ministério da Educação (MEC) publicou, nesta semana, a [Portaria nº 396/2022](#) com a relação de entidades civis e a forma de indicação para a escolha de conselheiros para a recomposição da Câmara de Educação Básica (CEB) e da Câmara de Educação Superior (CES), que integram o Conselho Nacional de Educação (CNE)

Mídias Sociais

- **Moraes defende que plataforma digital também tenha uso eleitoral regulamentado.** Em discurso de encerramento do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral (CBDE), o ministro do Superior Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), **Alexandre de Moraes**, defendeu a regulamentação do uso eleitoral das plataformas digitais, à semelhança de veículos como rádio e televisão, uma vez que estas também lucram com publicidade. A fala ocorreu um dia após o ministro **Nunes Marques** derrubar a decisão do TSE de cassação de deputado alinhado ao Governo Federal por disseminação de *fake news*. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Governo Digital

- **MDR institui Comitê Interno de Governança Digital.** Fica [instituído](#), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Comitê Interno de Governança Digital (CGD), de caráter consultivo e deliberativo, que deliberará sobre os assuntos relativos à implementação

das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, além de aprovar e monitorar o Plano de Transformação Digital, coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério e composto por membros de diversas Secretarias do Ministério, incluindo a de Fomento e Parcerias com o Setor Privado (SFPP) e da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Economia & Tributação

- **Receita prorrogou até esta sexta o prazo de adesão ao RELP.** Em razão de instabilidades operacionais, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia (PGFN/ME) [prorrogou](#), até às 19h desta sexta-feira (3), o prazo para ingresso no Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), previsto pela [Portaria PGFN/ME nº 3.776/2022](#). O requerimento poderá ser enviado por [aqui](#). Ainda, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) publicou, também nesta semana, a [Instrução Normativa nº 2.084/2022](#) para estabelecer que a adesão ao RELP deverá ser feita mediante requerimento a ser protocolado até o prazo estabelecido pela PGFN, por meio do Portal e-CAC, ou do Portal do Simples Nacional.
- **Falta de quórum frustra votação da reforma tributária pela quarta vez na CCJ.** Estava agendada, para esta terça-feira (31), a votação da [PEC 110/2019](#) (*reforma tributária*), no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No entanto, a falta de quórum mínimo para deliberação da matéria ocasionou no cancelamento da reunião pelo presidente do Colegiado, senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). Esta é a quarta tentativa de deliberação da matéria e o relator, senador **Roberto Rocha** (PTB/MA) tem demonstrado insatisfação com o que acredita ser um boicote à matéria. Segundo o senador **Carlos Viana** (PL/MG), nos próximos dias os membros devem chegar à uma definição a respeito, com base em entendimentos entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, e as lideranças partidárias. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Comissão Especial da PEC que altera o sistema tributário nacional aprova plano de trabalho.** A Comissão Especial para apreciação da [PEC 7/2020](#) (*altera o sistema tributário nacional*) aprovou, nesta semana, o [plano de trabalho](#) da relatora, deputada **Bia Kicis** (PL/DF), que prevê a realização de audiências públicas para debater sobre **(i)** os modelos internacionais de repartição de competências tributárias; **(ii)** o impacto dos tributos indiretos sobre o setor produtivo; **(iii)** a progressividade da tributação da renda e do patrimônio no Brasil; e **(iv)** a descentralização das receitas tributárias, com a presença de representantes, dentre outros, do Ministério da Economia (ME), da Receita Federal (RFB/ME), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante a reunião, a comissão elegeu, ainda, os deputados **General Peternelli** (União/SP), **Igor Timo** (PODE/MG) e **Mauro Benevides Filho** (PDT/CE) como 1º, 2º e 3º vice-presidente, respectivamente.
 - » Também foram aprovadas a realização de audiências públicas com a presença, dentre outros, dos seguintes convidados: **(i)** representante do Instituto Unidos Brasil, [requerida](#) pelo deputado **Joaquim Passarinho** (PL/PA); **(ii)** economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), **Bernard Appy**, [solicitada](#) pelo deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT/CE); **(iii)** presidente da

Confederação Nacional do Comércio (CNC), **José Roberto Tadros**; presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), **Luigi Nesse**; e o ex-secretário da Receita Federal, **Everardo Maciel**, de [autoria](#) do deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP); e **(iv)** os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), um representante do Ministério da Economia, o secretário Especial da Receita Federal, **Júlio Cesar Vieira Gomes** e representantes das Confederações Nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC), [requerida](#) pela relatora.

➤ **Designado relator do projeto sobre avaliação das políticas de benefícios de natureza tributária.** Foi designado relator do [PL 1025/2022](#) (*avaliação das políticas de benefícios de natureza tributária*), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o deputado Júlio Cesar (PSD/PI). O projeto estabelece, entre outros pontos, que os órgãos responsáveis pela administração tributária dos entes federados deverão realizar avaliação prévia, avaliação quantitativa e qualitativa e monitoramento das políticas de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária.

- » O projeto também determina que as propostas de concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos e benefícios de natureza tributária, apresentadas ao Poder Legislativo competente para apreciá-las, deverão estar acompanhadas de: **(i)** análise e avaliação das razões que justificam a intervenção do ente da Federação; **(ii)** os objetivos a serem alcançados; **(iii)** rotina para verificação sistemática do cumprimento das obrigações dos beneficiados; **(iv)** os prazos de duração das concessões; e **(v)** a estimativa do impacto orçamentário e financeiro.
- » Caso aprovado pela CFT, o projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, em seguida, pelo Senado Federal.

➤ **CCTCI irá realizar seminário sobre Economia Criativa.** A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, [requerimento](#) protocolado pelos deputados **Lídice da Mata** (PSB/BA), **Bira do Pindaré** (PSB/MA) e **Marcelo Calero** (PSD/RJ), para realização “*Seminário a Economia Criativa: Ciência, Tecnologia e Inovação, os cenários e os aspectos regulatórios*”, a ser realizado conjuntamente com a Comissão de Cultura (CCULT). Não há previsão para sua realização, no entanto.

Trabalhista

- **Governo avalia mudanças na MP do teletrabalho.** Durante almoço promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo, nesta semana, o ministro do Trabalho e Previdência, **José Carlos Oliveira**, disse que poderá promover alterações ao texto da [MPV 1108/2022](#) (*altera CLT auxílio alimentação e teletrabalho*). Segundo parlamentares presentes, a maior preocupação está relacionada ao aumento da insegurança jurídica que o texto atual pode representar, especialmente no que se refere ao trabalho intermitente. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Sancionada lei que estabelece salário mínimo a R\$ 1.212.** Foi sancionada, na forma da [Lei nº 14.358/2022](#), a MPV 1091/2021 que estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2022, o salário-mínimo será **de R\$ 1.212,00**; e que em decorrência deste, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$ 40,40, e o valor horário corresponderá a R\$ 5,51.

Internacional

- **Apresentado parecer pela aprovação de projeto sobre Certificados de Assinatura Digital no Mercosul.** No âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, a relatora do [PDL 929/2021](#) (Certificados de Assinatura Digital no Mercosul), deputada **Perpétua Almeida** (PCdoB/AC), apresentou [parecer](#) favorável à aprovação da matéria e deve ser incluída na pauta da reunião da deliberativa da Comissão da próxima semana. O projeto tramita em regime de urgência e será apreciada simultaneamente também pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) – sob a relatoria do deputado **Marcel van Hattem** (NOVO-RS) – e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – sob a relatoria do deputado **Paulo Eduardo Martins** (PSC-PR). Caso aprovada, será submetida à deliberação pelo Plenário da Câmara.

Saúde

- **MS publica Portaria que regulamenta e operacionaliza ações e serviços de Telessaúde.** Foi publicado pelo Ministério da Saúde, no Diário Oficial da União desta sexta-feira (3), a [Portaria nº 1.348/2022](#), que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida tem como objetivo regulamentar e operacionalizar o emprego das tecnologias de informação e comunicação na assistência remota, educação, pesquisa, prevenção de doenças e lesões, gestão e promoção de saúde do cidadão. A atenção primária deve ser a principal área de utilização da telessaúde, lidando, especialmente, com o característico distanciamento entre usuários e unidades Básicas de Saúde (UBS) no país. Neste sentido, o ministro **Marcelo Queiroga** anunciou no dia anterior **R\$ 18,8 milhões** em investimentos para o projeto-piloto UBS Digital, utilizados na estruturação e informatização UBS em áreas remotas de 326 municípios do país.
- **Relator apresenta parecer a projetos que versam sobre Telessaúde.** O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) apresentou, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), [parecer](#) pela prejudicialidade do [PL 1998/2020](#) e pela favorável, com emendas, ao [PL 4223/2021](#). O senador privilegiou o texto do Senado em seu voto, sugerindo 3 emendas ao projeto: **(i)** Aprimoramento da definição de telessaúde: detalhamento de que a atividade envolve a “transmissão de dados e informações do usuário”; **(ii)** Ampliação dos princípios das ações e serviços de telessaúde: **(a)** dignidade e valorização dos profissionais de saúde; **(b)** assistência segura e com qualidade; **(c)** promoção da universalização do acesso às ações e serviços de saúde; **(d)** estrita observância das atribuições legais de cada profissão; e **(e)** responsabilidade digital; **(iii)** Ampliação das garantias ao usuário de telessaúde: **(a)** direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a alternativa de atendimento presencial; e **(b)** tratamento de dados pessoais em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no que couber. A matéria foi incluída na pauta da reunião deliberativa da CAS da próxima terça (7).

Administração Pública

- **CGU aprova Plano Diretor de Tecnologia da Informação para 2022-2023.** A Controladoria Geral da União (CGU) aprovou, nesta semana, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2022-2023, que contém o portfólio de Tecnologia da Informação, aprovado pelos membros do Comitê de Governança Interna. O documento também contém anexos que versam sobre (i) os princípios e objetivos da Estratégia de Governo Digital da Administração Pública Federal (EGD); (ii) os critérios de priorização; e (iii) inventário de necessidades priorizado. Foram disponibilizados, ainda, o Plano Orçamentário 2022/2023 e o Plano de Metas e Ações (PMA).
- **TCU e BNDES lançam Rede *Blockchain* Brasil e definem próximos passos.** O Tribunal de Contas da União (TCU), juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), lançou, nesta semana, a Rede *Blockchain* Brasil, que já funciona em caráter experimental. A previsão é que a primeira aplicação descentralizada seja realizada em 2023. A Rede funcionará como uma base de dados públicos, com o armazenamento de informações em blocos encadeados de forma sequencial. Para que os documentos sejam aceitos na rede, deve haver consenso entre as partes e, uma vez publicados, não podem ser modificados nem deletados, garantindo segurança e integridade dos dados. Com informações de: [ASCOM – TCU](#)
- **MCTI aumenta a quantidade de membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial do Conselho Técnico Científico.** Passa de dois para quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial a composição do Conselho Técnico Científico (CTC) do Centro de Tecnologia de Informação (CTI) Renato Archer, atuantes em áreas afins, por meio da Portaria nº 5.955/2022, publicada nesta semana pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A medida também revoga os incisos da Portaria MCTI 3.426/2020, que colocavam como membros do CTC o coordenador-geral de Projetos e Serviços e o coordenador-geral de Competências Institucionais. As alterações entram em vigor em 1º de julho de 2022.
- **Senado Federal aprova indicação de auditor-geral da ANCINE.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta semana, a indicação de João Paulo Machado Gonçalves para o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

Orçamento

- **CDEICS realiza audiência pública sobre o financiamento da Ciência e Tecnologia.** Audiência pública realizada, nesta semana, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados debateu sobre “*A situação do financiamento à ciência e tecnologia no Brasil*”. Na ocasião representantes da sociedade civil e do Sindicato Nacional dos Gestores Públicos em Ciência e Tecnologia teceram críticas ao alegado desmonte do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, observado desde 2015, mas mais acentuado na atual gestão, que, para além do corte de recursos, percebe-se na contestação da ciência e a priorização de aquisição de tecnologias desenvolvidas fora do país.

- » Entre os números citados pelo Observatório do Conhecimento, de 2014 até 2021, os Ministério da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) saíram de R\$ 27 bilhões para R\$ 10,57 bilhões em valores orçados. A execução dos investimentos seria ainda pior. Enquanto em 2021 o MCTI deu vazão para 34% do valor de 2014, o MEC teria executado apenas 9%.
- » Pelos Ministérios, as falas foram no sentido de que, de fato, o montante está abaixo do ideal, ainda assim, ações importantes seguem sendo executadas. Nesse sentido foram citadas a manutenção do número de bolsas do CNPq e da CAPES. Além disso, lembraram os representantes que os cortes anunciados nesta semana, não consignam contingenciamentos, mas sim, bloqueios temporários que poderão ser revertidos ao longo do segundo semestre, como em anos anteriores. Afirmaram ainda, como relevante, o apoio do próprio Congresso no sentido de disponibilização e perenização dos recursos para a ciência e tecnologia.

Consultas & Compras Públicas

- **ME irá receber sugestões para aprimoramento das regras gerais de PPB de bens e serviços de TIC.** A Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (SDIC/SEPEC/ME) abriu, nesta sexta-feira (3), consultapública para o aprimoramento da proposta de alteração da Portarias Interministeriais SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 46/2019 e nº 47/2019, que estabelecem as regras gerais de cumprimento de processos produtivos básicos (PPB) de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação (TIC) estabelecidos por metas de pontuação, produzidos no país e na Zona Franca de Manaus. As manifestações deverão ser encaminhadas, no prazo máximo de 15 dias a contar da data da publicação, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.
- **ANATEL aprova consulta pública sobre guilhotina regulatória.** O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) aprovou, em sua 913ª Reunião, realizada nesta quinta-feira (2), a abertura de consulta pública para aprimoramento de proposta de simplificação da regulamentação de serviços de telecomunicações, conforme previsto pelo item 25 da Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022. A consulta deverá ser disponibilizada oportunamente por [aquí](#), com prazo de 60 dias e a realização de audiência pública que permita a participação online.
- **BNDES abre consulta pública para contratação de licença ou serviços de subscrição de software de elaboração de demonstrações contábeis e relatórios corporativos.** Encontra-se em andamento, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), consulta pública para contratação de licenças (preferentemente perpétuas) ou serviços de subscrição, além de instalação, implantação, treinamento, operação assistida, suporte e atualizações de software de elaboração de demonstrações contábeis e relatórios corporativo. O envio das contribuições deverá ser feito, até 28 de junho, através do e-mail: licitacoes@bndes.gov.br. Para mais informações sobre o processo, acesse [aquí](#).
- **ANPD abre consulta pública sobre temas para ações educativas.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu, nesta semana, consulta pública com a finalidade de mapear

temas e formatos para realização de ações educativas com o objetivo de promover a educação e a cultura de proteção de dados. A Pesquisa também busca identificar os formatos mais adequados para disseminar tais conhecimentos, como *workshops*, *podcasts*, vídeos curtos, publicações nas redes sociais, como a abertura de enquetes e outras formas de interação com o público. A pesquisa será realizada por formulário eletrônico disponível [aqui](#), até o dia 17 de junho. Durante o período em que esta pesquisa estiver ativa poderão ser compartilhados relatórios, imagens ou outros anexos, que deverão ser enviados pelo e-mail normatizacao@anpd.gov.br.

Nomeações

- **ANATEL nomeia superintendente de Fiscalização.** Esta semana a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) [nomeou](#) para exercer a função de superintendente de Fiscalização (SFI/ANATEL), Hermano Barros Tercius, ficando exonerado do encargo Wilson Diniz Wellisch.
- **MCTI designa membros ao GT de Análise de Programas e Projetos Prioritários do CATI.** Foram [designados](#) Alessandro Augusto Nunes Campos, Guilherme de Paula Corrêa, Hamilton José Mendes da Silva, Rubens Caetano de Souza e Ulisses Campoi Martins Rosa para compor o Grupo Técnico de Análise de Programas e Projetos Prioritários do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (GT/PPI/CATI), incorporado na [Portaria MCTI nº 5.275/2021](#).
- **MCTI designa representante ao CGD.** Foi designado como representante da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (SEXECMCTI) e presidente do Comitê de Governança Digital (CGD), Sergio Freitas de Almeida.
- **MCom exonera coordenador-geral de Acompanhamento Regulatório de Telecomunicações.** A partir de 13 de junho, fica [exonerado](#) Daniel de Andrade Araújo do encargo de coordenador-geral de Acompanhamento Regulatório de Telecomunicações do Departamento de Política Setorial, da Secretaria de Telecomunicações (MCom).
- **Casa Civil designa novos suplentes representantes da sociedade civil e do MRE ao CGICP-Brasil.** Esta semana a Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) [designou](#) Murilo Couto (suplente), representante da sociedade civil, e Matheus Knispel da Costa (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ao Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (CGICP-Brasil), exonerando, respectivamente Maurício Schueftan Balassiano e Alexandre Scudiere Fontenelle, do encargo.
- **ME nomeia procurador-geral adjunto de Consultoria de Produtividade, Competitividade e Comércio Exterior.** Para exercer o cargo de procurador-geral adjunto de Consultoria de Produtividade, Competitividade e Comércio Exterior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia (PGFN/ME), foi [nomeado](#) Mario Augusto Carboni, tendo sido exonerada Simone Anacleto do encargo.

- **MCTI designa representante da Academia Brasileira de Ciências ao Comitê Gestor dos Fundos Setoriais.** Virgínia Sampaio Teixeira Ciminell foi designada a para compor o Comitê Gestor dos Fundos Setoriais, incorporado pela Portaria MCTI nº 781/2021, como representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC).
- **Nomeado novo conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE.** Foi nomeado Victor Oliveira Fernandes, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CADE/MJSP).
- **ME designa membros ao Grupo de Trabalho de Indicadores do CGSIM.** O Ministério da Economia (ME) divulgou, nesta semana, a relação nominal dos integrantes do Grupo de Trabalho de Indicadores, no âmbito da Secretaria-Executiva do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM/ME).
- **IPEA conta com novo diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais.** Foi nomeado Paulo de Andrade Jacinto, para exercer o cargo de diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/ME).
- **MCOM conta com novo diretor de Política Setorial.** Nesta semana, o Ministério das Comunicações (MCom) nomeou Wilson Diniz Wellisch ao cargo de diretor do Departamento de Política Setorial da Secretaria de Telecomunicações (SETEL).

Agendas de Destaque

- O ministro das Comunicações (MCom), **Fábio Faria** participou, nesta semana, de encontro com a ministra das Comunicações de Singapura, **Josephine Teo**, para tratar sobre investimentos em tecnologia, colocando o Brasil em novo patamar. Faria participou, ainda, do *ATx Summit 2022*, onde falou sobre os projetos em andamento no Brasil para a transformação digital no País; bem como, do Painel “*WEB 1.0, 2.0, 3.0... What’s next for the internet?*”, com a presença de Florian Hoppe, Sócio e Chefe do APAC *Technology and Analytics Group*, **Derrick Loi**, gerente geral de Negócios Internacionais da *Ant Group* e **Sandeep Malhotra**, vice-presidente executivo de Produtos e Inovação da Mastercard.
- Já o ministro de Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI), **Paulo Alvim**, participou, nesta semana, de audiência com **Javlon Vakhobov**, embaixador do Uzbequistão, para debates sobre *cooperações bilaterais* no trânsito de conhecimento entre as nações, dentre outros, no ramo de transformação digital. **Alvim**, participou, ainda, da cerimônia de *lançamento do Telessaúde Brasil*, e do evento de encerramento do “*All-Atlantic Ocean Research Forum 2022*”.
- Por sua vez, o ministro da Economia (ME), **Paulo Guedes**, participou da *Reunião Ordinária do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI)*, as discussões se voltaram ao cenário favorável de vendas de contratos de petróleo e privatização da Petrobras. Na ocasião,

foram apresentados aos membros do CPPI a carteira de programa do governo, composta de 176 projetos.

- O ministro da Educação (MEC), **Victor Godoy**, participou, nesta semana, do Webinário *Educação Híbrida: Como a tecnologia pode transformar os nossos sistemas educacionais*, na ocasião foram discutidos panoramas de como a tecnologia poderia ser aliada na educação em formato híbrido. O ministro afirmou ter convicção de que a tecnologia e a inovação devem ser usadas em conjunto para a recuperação da aprendizagem.
- Nesta semana ocorreu a 12ª edição do *Fórum da Internet no Brasil* (FIB), promovido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (**CGI.br**), tendo como temática a “*Diversidade e Gênero nas TIC: uma agenda para inclusão e representatividade*”.